

URBANIZAÇÃO, INDUSTRIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Brasilmar Ferreira Nunes ()**Robert Hines Wilson (*)*

Resumo: O artigo reflete, sobretudo, as discussões teóricas que vêm sendo desenvolvidas no Mestrado em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco, dentro de uma ótica de compreensão das especificidades do processo urbano em regiões que vêm sofrendo alterações profundas em seu contexto econômico. Nesta linha, consubstanciam-se aqui alguns elementos teóricos ligados ao processo urbano/industrial, privilegiando, particularmente, o aspecto espacial da dinâmica sócio-econômica, sem a mínima pretensão de se constituir em algo acabado. A intenção é, muito mais, de se juntar ao debate sobre o tema, contribuindo, em última instância, para desenvolver um corpo crítico sobre o assunto dentro da própria região Nordeste. O texto que segue consta de três tópicos gerais, quais sejam: — a indústria e o urbano enquanto processo, onde se lançam pontos sobre a íntima vinculação entre o processo industrial e o processo urbano, chamando especial atenção para o que se denomina “heterogeneidade estrutural” das áreas “subdesenvolvidas”; — cidade e revolução industrial, procurando particularizar o papel determinante da produção manufatureira na estruturação e redefinição do “urbano”; — produção e sistema de cidades, ligando questões sobre localização da indústria e seus efeitos sobre o sistema urbano dentro do qual se insere.

A Indústria e o Urbano Enquanto Processo

Se, hoje em dia, dado o notável desenvolvimento da técnica, pode-se visualizar um processo contínuo e acelerado de urbanização mundial, caberia, por outro lado, discriminar as variações que o capitalismo assume e as conseqüentes especificidades da urbanização nas diversas regiões do mundo sob a égide dominante deste modo de produção. Por um lado, constata-se que nos

(*) Professores de Economia Urbana do Mestrado em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco.

países centrais o desenvolvimento das forças produtivas, surgido a partir das contradições geradas ao nível das relações de produção, seguiu uma lógica de mudanças que permitiu notável avanço no domínio do homem sobre a natureza, em período relativamente curto da história. Dado o próprio caráter do desenvolvimento ocorrido e que se define a partir das necessidades da acumulação, o progresso técnico obedeceu a uma homogeneização relativa, distribuindo-se “igualmente” pelos vários setores produtivos. A consequência deste processo, a nível da urbanização, implica, simultaneamente, numa compatibilização entre o acréscimo nas necessidades do trabalho urbano e o decréscimo relativo de tais necessidades no campo.

Nas regiões do chamado Terceiro Mundo em geral, e na América Latina em particular, as características do processo são bastante distintas. O desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, aliado a uma industrialização que só se dá a partir das condições externas favoráveis, em consonância com aquelas internas necessárias, determina o caráter das forças produtivas e seu posterior desenvolvimento. A incorporação do progresso técnico caracteriza-se aqui pela extrema diferenciação inter e inter-setorial, o que vem a consubstanciar a heterogeneidade estrutural a nível da economia e da sociedade como um todo. Ao mesmo tempo em que a economia se moderniza e se desenvolve, dentro dos parâmetros do sistema, geram-se e reforçam-se setores arcaicos que apresentam estreitas vinculações com o setor moderno, numa dinâmica de evolução altamente interligada.

A convivência simultânea do “velho” e do “novo” dentro do capitalismo — fenómeno mais visível e frequente em áreas subdesenvolvidas — situa-se, portanto, como algo estrutural à dinâmica sócio-econômica, longe portanto, de se constituir em um dualismo antagônico.

Assim, considerando o aspecto da produção, podem-se colocar algumas características básicas do caráter heterogêneo das sociedades “subdesenvolvidas”:

- as contradições geradas ao nível da acumulação exigem, para que a economia se desenvolva, a incorporação de novas técnicas produtivas, que se dá através da entrada do capital estrangeiro, trazendo consigo métodos produtivos gerados num contexto onde são diferentes os parâmetros que definem a relação capital/trabalho;
- as próprias necessidades de excedente disponível para investimento, a nível interno, em consonância com as disponibilidades concretas,

fazem com que a capitalização da indústria se dê em detrimento da agricultura e do terciário urbano;

- conseqüentemente, define-se, por um lado, uma agricultura de alimentos de caráter “primitivo”, onde relações de produção não totalmente capitalistas se geram em função da intensa disponibilidade de terras e, por outro lado, o terciário urbano, também descapitalizado, assume características próprias, sendo convencionalmente rotulado de “inchado”.

Se algumas das características do desenvolvimento econômico são as diferenças inter e intra-setoriais nos níveis de produtividade, esta postura constitui uma alerta a respeito de simplificações apressadas de se tomar o urbano como avançado e o rural como atrasado; os diferenciais de produtividade ocorrem nos três setores da economia, quais sejam: indústria e serviços (comumente caracterizados como atividades tipicamente urbanas) e agricultura. Certos ramos da produção adotam tecnologia altamente avançada, com níveis de produtividade do trabalho semelhantes àqueles existentes nos países mais desenvolvidos do sistema. A agricultura voltada para a produção de matéria-prima e alimentos exportáveis, certos ramos industriais e alguns segmentos do terciário apresentam-se visivelmente em situações de elevados níveis de produtividade. Em outro extremo, agriculturas de subsistência, indústrias artesanais e semi-artesanais e um setor serviços “marginal”, com níveis precários de rendimento, coexistem e exercem papel de relativa importância no processo global de acumulação e na absorção daquela mão-de-obra disponível que não encontra condições de ingressar no mercado de trabalho propriamente capitalista.

Evidentemente, esta heterogeneidade estrutural da economia reflete-se a nível do espaço. A grande maioria dos países da América Latina, por exemplo, apresenta “regiões” extremamente desiguais, observando-se uma excessiva concentração de atividades e força de trabalho em uma ou poucas áreas, manifestando-se aí uma das contradições mais freqüentes do capitalismo em áreas subdesenvolvidas.

O fenômeno assume especificidades próprias em função do momento histórico que se analisa, das características da produção e da forma em que se insere, num contexto mais amplo, a economia dentro do sistema econômico como um todo.

Dentro desse quadro é que se estabelece o processo de urbanização no

continente. As correntes migratórias que se dirigem às cidades decorrem de acordo com a área, ou da modernização da agricultura, que lentamente vai assumindo caráter capitalista — consubstanciando os fenômenos de mudança —, ou em função do atraso secular das relações de produção agrícolas, aliado à pressão populacional sobre a terra — consubstanciando os fatores de estagnação.

A força de trabalho urbana vai cumprir, de sua parte, papel essencial no processo de industrialização: na medida em que sua disponibilidade é superior à demanda real da indústria, grande parte dela vai-se constituir em exército de reserva, forçando a manutenção dos salários ao nível mínimo de seu custo de reprodução, favorecendo assim a acumulação do setor; ao mesmo tempo, dada a baixa capitalização do terciário, o excedente de trabalho vai aí se alocar, viabilizando exatamente a manutenção de seu baixo nível de capitalização.

A íntima ligação entre os setores primário, secundário e terciário, a nível do processo de acumulação, evidencia-se claramente a partir do momento em que a indústria passa a se constituir no setor dinâmico da economia. Na verdade, pode-se dizer que cada vez mais a economia é industrial, ou seja, a separação entre agricultura, indústria, comércio e serviços, geralmente feita para efeitos analíticos, passa, com a evolução econômica, a ser pouco prática. Os bens produzidos no setor primário raramente são consumidos “in natura”, sofrendo um processo de transformação antes de chegarem ao mercado; o setor terciário, da mesma forma, especializa-se naquelas atividades que são demandadas pela indústria (publicidade, computação, etc.). Cabe ressaltar que esta interligação inter-setorial a nível da produção e consumo dá-se principalmente no interior do chamado setor “moderno” da economia; o setor “arcaico” continua ainda a ser importante dentro das relações sociais, importância essa que varia de intensidade em função, exatamente, do grau de avanço das relações capitalistas da produção. O que se quer ressaltar como importante é, portanto, esta tendência à homogeneização, que ocorre a partir da dominação de relações capitalistas, ou seja, trabalho assalariado e apropriação do excedente, que avança na estrutura social, provocando alterações profundas nas relações de produção. O papel que o setor “arcaico” exerce, de extrema interligação à produção, se dá, pelo lado de agricultura, pela oferta de bens alimentares a preços mais acessíveis, garantindo assim menores custos na reprodução da força de trabalho urbana; pelo lado do terciário, naqueles segmentos menos capitalizados, absorve o excesso de mão-de-obra incapaz de ser incorporado à indústria existente, remunerando menos os fatores de produção (basicamente o trabalho) graças exatamente à sua baixa capitalização.

Cidade e Revolução Industrial

No período do capitalismo comercial as atividades produtivas das sociedades foram concentradas no campo. As cidades tornaram-se importantes como pontos de "transshipment", centros de atividades comerciais para usufruir os produtos do setor primário e centros de poder político.

Partindo do princípio de que a revolução industrial é a consequência natural do processo de desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção, pode-se visualizar em períodos anteriores à eclosão do fenômeno industrial a tendência à urbanização da sociedade. Entretanto, o marco da revolução industrial é importante porque a partir dele conseguimos estabelecer nitidamente a dominação da cidade sobre o campo, com a divisão espacial do trabalho assumindo os contornos que a definiriam, daí em diante, em função do desenvolvimento histórico do capitalismo. É difícil imaginar uma sociedade industrial que não seja também uma sociedade urbana e, conseqüentemente, é possível dizer que as cidades são uma condição necessária, embora não suficiente, para a industrialização.

É somente a partir da passagem da manufatura à indústria que a cidade assume, de fato, o papel determinante dentro da acumulação capitalista e, portanto, dentro da divisão social do trabalho. O próprio desenvolvimento da atividade industrial gera e/ou dinamiza novas atividades econômicas que concorrem, de forma direta, para que se diversifiquem e se ampliem as atividades do terciário e logo do urbano. A diversificação da produção leva à necessidade de que os bens sejam trocados, ampliando a circulação das mercadorias que deverão ser consumidas, seja como bens intermediários ou como bens de consumo final. Tal circulação advém portanto da divisão do trabalho e, conseqüentemente, da formação do mercado, a qual é determinada pelo processo de acumulação; a circulação permite a realização da produção e também dos vários processos de produção imediata.

Dentro desta linha, a migração rural-urbana, que contribuiu para o grande surto da urbanização, aumentou a disponibilidade de trabalhadores assalariados, necessários para a complexa divisão do trabalho, característica das cidades da época industrial; de outro lado, a urbanização também afeta o perfil geral e o volume da demanda para bens industrializados. A história do desenvolvimento capitalista tem mostrado uma contínua penetração das relações de mercado nas várias atividades humanas. Isto é particularmente claro no que tange à migração do campo para as cidades, e na adoção de "valores

urbanos". Muitos itens de consumo que, anteriormente, eram produzidos em unidades familiares de produção ou como artesanato em zonas rurais, são agora adquiridos no mercado urbano. Conseqüentemente, há um aumento na demanda por produtos industrializados.

Assim, pode-se dizer que todas as atividades exercidas por uma cidade estão em função da produção que é, basicamente, industrial. O que se precisaria esclarecer, para evitar questões óbvias sobre a colocação acima, é que se está entendendo aqui a indústria enquanto um "processo" amplo e diversificado, que se espalha pelas áreas do sistema a nível mundial, nacional e regional. Conseqüentemente, quando se coloca o papel fundamental da indústria como atividade produtiva chave para explicar e entender o processo de urbanização no capitalismo, está-se colocando em destaque toda a dinâmica e conseqüentes contradições geradas pela indústria, que se manifestam tanto sobre o espaço urbano quanto o rural. As relações interurbanas e urbano-rurais refletem, portanto, os vínculos que se estabelecem ao nível da produção, sendo a dinâmica espacial o reflexo da localização da produção e consumo no tempo e no espaço.

Se fica claro esse ponto, pode-se dizer que determinado centro apresentaria seu dinamismo de crescimento em função de sua capacidade de produção e/ou de suas possibilidades de estabelecer os vínculos entre as produções urbano-urbanas e/ou urbano-rurais. Considerando, por outro lado, o setor urbano da produção, poder-se-ia dizer que determinado núcleo apresentaria maior potencial de crescimento na medida em que contasse com uma capacidade de produção que atendesse as suas necessidades específicas de consumo e que gerasse um excedente exportável que lhe permitisse obter os recursos para importar aqueles bens produzidos exteriormente a este centro. Evidentemente, isto se colocaria na mesma linha do que se conhece como "base econômica". Entretanto, seria válido ampliar um pouco mais a idéia, a fim de verificar as reais possibilidades de crescimento a partir da idéia de produção urbana.

Algumas questões devem ser colocadas, quando, por exemplo, se supõe que a existência de uma unidade fabril de porte seja suficiente para dinamizar o núcleo urbano no qual esteja inserida. A primeira se refere às possibilidades concretas de realização da produção. Evidentemente, tanto a conjuntura de mercado quanto o seu comportamento ao longo do tempo condicionam a expansão das atividades urbanas. Se, por exemplo, determinado centro apresenta uma base econômica montada sobre uma atividade tradicional, a concorrência que se estabelece ao nível do mercado pode implicar uma perda do

dinamismo desta base e, conseqüentemente, do núcleo na qual está localizada. O exemplo do grande número de cidades que contavam com indústrias têxteis no início da industrialização brasileira e que, posteriormente, se viram em situação crítica, dado o fechamento dessas indústrias, é bastante elucidativo.

A garantia de expansão do crescimento urbano está vinculada não só à garantia de uma diversificação da produção a nível rural, como também, e simultaneamente, à de uma diversificação nas atividades produtivas urbanas, o que deveria permitir maior capacidade de suportar as variações conjunturais e cíclicas a nível de mercado. Evidentemente, a colocação é bastante ampla e levanta uma série de questões básicas. Entretanto, o objetivo aqui é apenas tentar montar uma "imagem" daquilo que seria uma situação de garantia de crescimento urbano, qual seja, exatamente, a capacidade que se lhe oferece de diversificar suas atividades produtivas.

Por outro lado, a tendência à monopolização que se observa no sistema capitalista, ou seja, a centralização do capital a nível das empresas, rebate-se na concentração a nível de espaço. A consolidação das grandes cidades do continente, nada mais é do que uma das conseqüências da concentração espacial do capital, concentração esta que estabelece os rumos e a direção das correntes migratórias. Assim, as metrópoles que, de certa forma, caracterizam a "primazia" em vários países do continente e que muitas vezes servem como argumentos às teses de controle populacional, superurbanização, etc., nada mais são do que os reflexos do próprio desenvolvimento capitalista dependente e da natureza que o mesmo assume na área.

Produção e Sistema de Cidades

Na abordagem da organização espacial da produção e consumo, quando se enfoca uma hierarquia de cidades, está implícita a idéia da existência de trocas econômicas entre os vários pontos do espaço. Embora uma configuração espacial particular de cidades só possa ser analisada em termos de suas condições históricas específicas e, conseqüentemente, da sua estrutura sócio-econômica, a nível abstrato, um sistema de cidades significaria que entre os diversos núcleos ocorre um fluxo de capital, bens, serviços, força de trabalho, etc.

De maneira semelhante à divisão internacional de trabalho, onde ocorrem "especializações" na produção dos vários países, as cidades têm funções

dentro do sistema urbano. A especialização nas funções econômicas das cidades é estabelecida a partir de vários fatores — geográficos, distribuição de recursos naturais, etc. — definidos, em última instância pela evolução da estrutura sócio-econômica e pelo nível de desenvolvimento da sociedade. Considerando que a evolução ou o desenvolvimento das forças produtivas interfere ou provoca alterações na estrutura sócio-econômica da sociedade, pode-se afirmar que mudarão também as funções das cidades e as inter-relações urbanas.

Na época mercantil, cidades localizadas em pontos estratégicos de transportes, particularmente portos, assumiram grande importância nas relações de intercâmbio comercial; as cidades-porto expandiram as atividades de armazenamento e transporte em função da dinamização do comércio. A título de curiosidade, é interessante notar que a maioria das cidades, embora importante nas atividades de transporte, não atingiu importância em atividades comerciais, as quais foram centralizadas em poucos centros. Estruturou-se, então, um sistema de cidades com funções econômicas especializadas — mercado, armazenagem, transporte, comércio, etc. — que mantinham entre si intensos fluxos de intercâmbio. Evidentemente, de acordo com as características econômicas das diversas fases históricas, o intercâmbio interurbano apresentava natureza específica, caracterizando, portanto, o sistema de cidades. No Brasil colonial, por exemplo, os principais núcleos urbanos — Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Luís — eram portos que se relacionavam quase que unicamente com a metrópole européia; o intercâmbio interno entre estes centros era bastante pequeno, gerando um conjunto de cidades desarticuladas dentro do próprio país. Conforme visto, nesta situação concreta, a natureza específica de um sistema de cidades só pode ser caracterizada na análise da organização sócio-econômica da situação histórica particular.

A identificação da função urbana dentro de um sistema urbano é baseada na idéia de especialização nas atividades econômicas de uma cidade, isto é, uma especialização em relação a outras cidades. Por exemplo, em geral os núcleos urbanos sempre têm varejo para os bens alimentares, mas é possível que uma cidade tenha uma proporção maior de pessoas ocupadas nesta atividade (ou maior receita total por habitante) do que uma outra. Neste sentido pode-se dizer que uma cidade é especializada, relativamente, em alguma atividade econômica e geralmente este bem é exportado. É esta especialização, que permite a troca entre cidades, gerando um sistema de cidades.

As razões da especialização de uma cidade em uma determinada atividade econômica dependem de muitos fatores — distribuição espacial de recursos

naturais, sistema de transporte, tamanho da cidade ou, mais especificamente, o volume da demanda, economias de urbanização, decisões políticas, nível tecnológico da sociedade, etc. Esses fatores influenciam o cálculo feito pelos empresários acerca das suas decisões, quanto à localização, e a subsequente configuração espacial que dará forma à rede urbana.

O ambiente de decisão da empresa privada tem sido detalhadamente estudado com respeito aos custos de produção; teoria e estudos empíricos existem sobre o assunto em vários tipos de situação do mercado-competitivo, oligopólico, monopólico etc. Embora a formulação original desta teoria não inclua a categoria de espaço, por si, o aprofundamento mais recente da mesma tem tratado os custos associados a uma localização particular no espaço com os outros custos de produção. Ou seja, em termos de custos para a empresa, por que uma localização é melhor do que outra? Tem-se que levantar a questão para entender a configuração espacial das unidades de produção, que é, como visto anteriormente, diretamente ligada à urbanização.

Entretanto, desde que a especialização na função urbana não significa, necessariamente, dominância nas relações de troca, como é que uma rede hierarquizada é produzida? O lucro é um dos critérios mais importantes na decisão quanto ao início da produção e da localização. Embora o lucro seja influenciado por vários fatores, existem dois que são de particular importância para esta discussão: a tendência à produção em grande escala — às vezes referidas como economias de escala — e o tamanho mínimo do mercado necessário ao início da produção.

A lucratividade da produção de grande escala pode ser atribuída a vários fatores diferentes. Por exemplo: para certos tipos de produção, os custos por unidade decrescem consideravelmente quando produzidos em grande escala, geralmente utilizando enormes investimentos de capital. Um caso extremo disto é quando uma indústria requer grandes investimentos de capital simplesmente para iniciar a produção. O caso da produção de aço é um exemplo clássico. Além da redução de custos por unidade, em algumas indústrias práticas monopolistas também contribuem para a viabilização de empresas de grande escala. Neste caso, através do controle parcial dos mercados, particularmente dos preços, as firmas podem se expandir através da eliminação dos competidores.

O problema do tamanho da firma e da tabela de lucros é intrinsecamente relacionado ao tamanho do mercado. Deve existir um mercado para os bens produzidos; a redução dos custos por unidade não é vantajosa, numa produ-

ção de grande escala, se não houver uma demanda desses bens. Como no caso da indústria do aço, que, devido à sua função de custo, só pode produzir em grande escala e requer um grande mercado para o consumo do seu produto. Em outro extremo há, por exemplo, o caso de uma padaria, que precisa de um mercado relativamente pequeno para iniciar sua produção. Conseqüentemente, é possível identificar atividades econômicas pelos tipos de mercado a que elas servem — local, regional ou nacional —, que, no último caso, são baseados na relação entre tamanho da firma e lucros.

O efeito, em termos da organização espacial da produção, é que empresas de grande escala encontram-se em poucos lugares, enquanto que alguns tipos de produção são relativamente ubíquos. Entre estes dois extremos encontram-se outros tipos de produção, os quais são, até certo ponto, centralizados ou descentralizados no espaço. O primeiro exemplo dá forma a uma hierarquia urbana, devido ao fato de que pequenos bens, que são produzidos em poucos locais, devem ser distribuídos para outros locais onde há demanda e não há produção, criando assim fluxos no espaço. Embora apenas o fluxo de bens seja do interesse nesta discussão, deve ficar claro que também são gerados outros fluxos, como por exemplo, fluxo de capital, fluxos migratórios, etc. Com a produção de certos bens em relativamente poucos locais, relações de dependência se manifestam ao nível mesmo da transferência do excedente econômico.

Teoricamente, este fenômeno é explicado pela teoria do lugar central, que caracteriza o sistema de cidades como sendo uma hierarquia baseada nas funções econômicas. As cidades de nível mais alto na hierarquia apresentam maior diversificação das funções econômicas, quando comparadas com aquelas de nível inferior. A importância dos centros de nível mais alto se dá, tanto na maior diversificação das atividades produtivas e de serviços, quanto na de distribuição de bens; por outro lado, as de níveis inferiores apresentam algumas funções (distribuição de bens alimentares, por exemplo) que, geralmente, precisam somente de um mercado pequeno ou mais restrito. A importância destas cidades de menor nível é, principalmente, a de estabelecerem vínculos entre o setor rural e o urbano melhor qualificado na hierarquia, funcionando como centros de trocas e comercialização de bens. Esta apresentação supõe uma visão setorial e não explica, por exemplo, o porquê da diversificação de funções nas grandes cidades.

Contudo, devido às relações intersetoriais na decisão de localização de uma empresa, será também levada em conta a localização de outras firmas com as quais a primeira será ligada através de relações de insumo-produto.

Para fixar esta idéia é útil comparar a indústria moderna à tradicional. Na indústria tradicional, matérias-primas são pouco processadas, isto é, uma matéria-prima passa por pouca transformação para se tornar um produto final. Na indústria moderna, o produto intermediário se torna mais comum e, conseqüentemente, várias empresas estão ligadas através das relações insumo-produto. Ou seja, uma fábrica será localizada perto de outras fábricas que fornecem seus insumos ou que compram seu produto. As vantagens auferidas — basicamente redução nos custos de transporte — permitem ganhos extras nos custos totais, aproveitando-se das economias criadas através da localização. Esta é a lógica de complexos industriais, como, por exemplo, petroquímica, aço e automóveis. Para indústrias que possuem fortes relações de insumo-produto, o comportamento de maximização de lucros causará uma concentração espacial de empresas, o que, por sua vez, reforça a dominância de certos pontos no espaço, em relação ao fluxo de bens.

Além de relações interindustriais, as quais induzem uma concentração espacial de alguns tipos de atividades econômicas, outros tipos de economias podem ser realizadas através da sua localização nas cidades; tomando vantagem da infra-estrutura altamente desenvolvida e da mão-de-obra urbana, as firmas podem conseguir uma poupança real em custos. Embora possa ocorrer certa semelhança com as economias chamadas de localização, onde as empresas se aproveitam da proximidade entre si, nesta, o que ocorre seria um aproveitamento do progresso geral da cidade: água, energia elétrica, transporte, etc. A redução nos custos de produção e comercialização se viabiliza na medida em que tais serviços, sendo oferecidos pelo poder público, reduzem os gastos necessários para implementar a produção. Na verdade, o que ocorre é uma socialização dos custos de produção, dada a poupança que a empresa efetua a partir da oferta de insumos pela cidade, ou seja, pelos contribuintes.

Além das vantagens decorrentes das economias de localização e urbanização, a grande cidade apresenta vantagens em termos da oferta de mão-de-obra urbana, tanto qualificada quanto não-qualificada. Na medida em que o trabalho é o insumo requerido em todos os tipos de produção, se a força de trabalho for suficientemente grande, o custo do trabalho poderá ser mantido baixo. Contudo, historicamente, é nas cidades que possuem uma grande população da classe trabalhadora que ocorrem os maiores movimentos de sindicatos e onde as reivindicações salariais têm tido maior sucesso. Conseqüentemente, ocorre a situação paradoxal onde as indústrias, em algum período de tempo, são atraídas pelas cidades devido à mão-de-obra barata, mas, posteriormente, fogem de certas cidades, ou de certos países, devido em parte aos altos custos causados pelo trabalho organizado.

BIBLIOGRAFIA

- BERRY; Brian J. L. and HORTON, Frank E., eds. **Geographic Perspective on Urban Systems**. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice Hall, INC, 1970.
- BOISIER, Sergio. "Industrialización, Urbanización, Polarización: Hacia um Enfoque Unificado". **Revista Latinoamericana de Estudios Urbanos Regionales EURE**, vol. 03, no. 05 — (July, 1972), pp. 35-62.
- CASTELLS, Manuel. **La Cuestión Urbana**. México, D.F.: Siglo Veintiuno Editores, 2nd. ed. 1976.
- CANO, Wilson. **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo**. São Paulo: Difel, 1977.
- HARDOY, Jorge E. **Urbanization in Latin America: Approaches And Issues**. New York: Anchor Books. 1975.
- JOHNSON, E. A. J. **The Organization of Space in Developin Countries**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1970.
- KOWARICK, Lucio. **Capitalismo e Marginalidade na América Latina**. Editora Paz e Terra, R.J., 1977.
- PINTO, Aníbal. **Heterogeneidad, Estructura y el Modelo de Desarrollo Reciente de la America Latina**, in Ensayos no. 03, El Trimestre Económico, Fondo de Cultura Economica, México, D.F., 1973.
- PORTES, Alejandro and, BROWNING, Harley L. **Current Perspectives in Latin American Urban Research**, Austin, Texas: Ilas, 1971.
- ROFMAN, Alejandro Boris. **Dependencia, Estructura de Poder y Formación Regional en America Latina**, Siglo XXI Editores, Buenos Aires, 1974.

- SALAMA, Pierre. **O Processo do Subdesenvolvimento**. Petrópolis: Editora Vozes, 1976.
- SÁ JÚNIOR, Francisco. **O Desenvolvimento da Agricultura Nordestina e a Função das Atividades de Subsistência**, in CEBRAP, no. 01 – Editora Brasiliense, SP, 1976.
- SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização**. São Paulo: Editora Brasiliense, Edições CEBRAP, 1975.
- SINGER, Paul. **Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana**. Cia. Editora Nacional, S.P., 1974.
- SOVANI, N. Y. “The Analysis of over-Urbanization”. **Economic Development and Cultural Change**. vol. 12, no. 02 (January, 1969), pp. 113-122.
- SUNKEL, Osvaldo. “Desarrollo, Subdesarrollo, Dependencia y Desequilibrios Especiales”. **Revista Latino Americana de Estudios Urbanos Regionales – EURE**. vol. 01, no. 01 (October, 1970) pp. 13-49.
- OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à Razão Dualista**, in CEBRAP, no. 01 – Editora Brasiliense, SP, 1976.
- TERNENT, J. Antony. “Urban Concentration and Dispersal: Urban Policies in Latin America”, in Gilbert, ed., **Development Planning and Spatial Structure**. London: John Wiley & Sons, 1976, pp. 169.

Abstract: In this article it is summarized some recent theoretical arguments about the urban/industrial relationships, specially its spacial dynamic. The text covers three general topics: — the relationship between the industrial process and the urbanization process; — the relationship between the manufactured production and the structure of what it is called "urban"; — production and towns, raising question about localization of industrial plans and their effects about the urbanization process.